

EUGENIO GUDIN, *PRINCIPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA* — 2.^a Edição. — Livraria AGIR, Rio, 1947, 458 pags.

Antes mesmo da publicação do segundo volume, nova edição do primeiro volume, já exgotado ha alguns anos, da famosa obra do PROF. GUDIN sôbre a teoria monetária, tornára-se indispensável. A presente edição, entretanto, não é uma simples reimpressão ; é uma revisão do primitivo texto efetuada pelo autor.

O prefácio do PROF. MAURICE BYÉ e a introdução do próprio autor, que saíram na primeira edição, foram, agora, suprimidos, bem como alguns capítulos foram abreviados e condensados. Mas, estas reduções estão largamente compensadas por novos parágrafos e capítulos inteiros, entre os quais mencionaremos a análise mais aprofundada da teoria quantitativa (Cap. VIII-XII), o parágrafo “A Mágica dos Emissionistas” (Cap. XIV, 6), a interpretação do Princípio da Paridade do Poder de Compra e da Paridade de Inflação (Capítulo XVII).

Consideramos um enriquecimento particularmente valioso o capítulo final (XXV) sôbre os Bancos Centrais Latino-Americanos, assunto raramente tratado na literatura estrangeira. E’ uma obra de pioneiro que poderia estender-se a outros setores da economia monetária. A evolução monetária da América Latina, mais instrutiva,

sob certos aspectos, do que a do Velho Mundo e a dos Estados Unidos, constitui para a teoria um rico filão ainda inexplorado.

Sem embargo das numerosas modificações, os conceitos fundamentais do livro permaneceram inalterados. Encontramos outra vez esse vasto conhecimento dos fatos e das opiniões, essa clareza de expressão e, sobretudo, essa serenidade de espírito que, desde sua publicação em 1943, asseguraram à obra do SR. EUGENIO GUDIN uma repercussão extraordinária. Sem descer, jamais, a polémicas violentas, o autor submete a um exame crítico o conjunto das modernas doutrinas monetárias, abordando todos os problemas de atualidade, por mais espinhosos que sejam.

Todos os estudos sobre a moeda se defrontam com as duas grandes correntes do pensamento, que têm dominado, no último meio-século, a ciência monetária: a teoria quantitativa e a teoria Keynesiana. Elas não são radicalmente contraditórias. Seu antagonismo talvez parecesse menos acentuado se o próprio KEYNES não o houvesse dramatisado um pouco, ao combater no "Treatise on Money" sua própria fórmula quantitativa, estabelecida, seis anos antes, na "Monetary Reform". Todavia, não se trata unicamente de nuances, mas, de princípios, de modos de vêr.

No fundo, outra coisa não é senão um novo aspecto do antigo conflito filosófico entre o materialismo e o espiritualismo. Os partidários da teoria quantitativa, admitem, como premissa, que os fenômenos monetários se desenrolem segundo um mecanismo rígido; para eles existe uma espécie de "moeda máquina" — como LA METTRIE supunha o "homem máquina" — de modo que não se pode fazer nada além de descrever e formular, tão exatamente quanto fôr possível, as leis que determinam os efeitos do volume e da velocidade da circulação da moeda. Os que aderiram a KEYNES e précursores pretendem, sempre, descobrir "a alma" da moeda; querem conhecer o que se esconde atrás dos fenômenos que parecem, até certo ponto, obedecer a regras quantitativas. Estas regras, ainda que as conheçamos perfeitamente, não nos ensinam nada, visto como ignoramos os fatores de ordem psicológica que se acham em jogo. Assim, os "quantitativistas" e os "psicologistas" se dividem em dois campos.

O PROF. GUDIN se inclina, manifestamente, para o último dos dois conceitos. Influenciado pelos teóricos da utilidade marginal e, particularmente, por MISES, o mais sùtil psicólogo da escola austríaca,

êle não atribui exagerada significação aos resultados dos múltiplos esforços feitos pelos quantitativistas, desde o começo do século, sob a égide de KEMMERER e FISHER, para demonstrar o mecanismo monetário. Parece, mesmo, que o autor se tornou mais cético a êsse respeito. Na primeira edição dos "Princípios" (págs. 171 e 206), êle fala, embora com certas reservas, da "verdade incontestável da teoria quantitativa". Na segunda edição (págs. 133 e 178/9), a verdade incontestável se reduz a um "núcleo de verdade da Teoria quantitativa" — um novo parágrafo chega a levar êsse título — e as equações quantitativas que, na primeira edição eram, ainda, caracterizadas como "um precioso instrumento de análise" são, com KEYNES, "apenas expedientes que nos permitem classificar em ordem as primeiras causas determinantes do valor da moeda".

Entretanto, a severa crítica que o SR. EUGENIO GUDIN faz à teoria quantitativa não significa que êle subestime os perigos que possam resultar de uma expansão da quantidade de moeda. Grande parte do seu livro é dedicada ao *processus* da inflação, que estuda com perspicácia em tôdas as suas fases e em tôdas as suas repercussões econômicas e sociais. Neste particular, êle se distancia, claramente, de KEYNES e de seus discípulos que acreditam na possibilidade, pelo menos sob certas condições, de se criarem por meio de emissão monetária verdadeiras riquezas, assim como de se fazer uma inflação bem dirigida, sem alteração sensível nos preços, desde que ainda existam "chomeurs". O PROF. GUDIN declara que tratará, no segundo volume, mais minuciosamente, do conceito de "multiplier", antecipando, porém, desde logo, sua atitude em relação à teoria de KAHN-KEYNES, ao recusar a hipótese de que se possa fazer inflação sem provocar efeitos inflacionistas.

"Uma vez iniciada a produção, as transações das novas mercadorias produzidas absorverão uma parte dos novos meios de pagamento, mas como o valor dessas transações (isto é, o valor da produção multiplicado pelo número de transações a que ela dá lugar, por ano), mesmo adicionado ao das atividades secundárias a que ela dá lugar (multiplicador a que nos referimos no II Volume) ainda é sempre bastante inferior ao dos meios de pagamento emitidos multiplicados pela velocidade de circulação da moeda, persistem os efeitos inflacionistas" (pág. 197).

O PROF. GUDIN não nega a possibilidade de que, por meio da inflação um país consiga aumentar a quantidade de máquinas, la-

vouras, etc. Ora, neste caso, não se trata, ainda, de uma verdadeira riqueza suplementar, mas de deslocação e capitalização de riqueza, à custa do sacrifício de várias classes da sociedade. A inflação é, segundo a expressão espiritual do autor, sempre, uma “economia forçada”, um regime de privações para uma grande parte do povo. Certamente, a inflação não é o único mal proveniente do jogo monetário; a deflação, seu antípoda, é ainda mais grave. Ela pode surgir no seio do próprio público. Nestas condições, a Autoridade monetária deverá proceder a uma expansão da moeda ou do crédito, para compensar os efeitos da “restrição voluntária do consumo” (páginas 202/3). Supomos que, sobre esse tema, o segundo volume estender-se-á convenientemente.

Ao concluir esta breve apreciação da importante obra, desejamos mencionar uma inovação, muito útil e oportuna, encontrada nas últimas seis páginas: um índice remissivo, cuidadosamente preparado, que facilitará o emprêgo dos “Princípios” como livro de referência. O tratado do SR. EUGENIO GUDIN, constitui para os estudiosos da economia política uma fonte inesgotável no áspero terreno da teoria monetária.

Richard Lewinsohn